

Políticas Públicas para o Campo da Formação de Professores de Educação Física em Santa Catarina: memórias e experiências

*Vanessa Bellani Lyra**

Resumo

Nos remotos anos de 1938, um incipiente movimento de profissionalização era inaugurado na cidade de Florianópolis, por meio da criação do Curso Provisório de Educação Física. Assim, atendendo às demandas do momento, que reclamavam por mão-de-obra especializada para ministrar a disciplina, então tornada obrigatória em todas as escolas primárias, secundárias e normais, a formação de professores em Educação Física contribuía com a inclusão de Santa Catarina no processo de modernização e higienização que atravessava o país, remodelando as instalações físicas destinadas à prática e, num sentido mais amplo, re-significando o espaço escolar em sua totalidade. No correr do tempo, o curso Normal de Educação Física, implantado em 1964, pela Secretaria Estadual de Educação, surge em cenário catarinense justificado pelas carências no magistério do ensino primário, sustentando sua validade e legitimidade por, aproximadamente, quarenta anos. Nesse sentido, o presente estudo ocupa-se em narrar as políticas públicas que envolveram a constituição do campo da formação de professores no estado de Santa Catarina, compreendendo-as na atuação de dois de seus

importantes pilares: o Curso Provisório de Educação Física e o Curso Normal de Educação Física. Neste cenário, serão privilegiadas as transformações pedagógicas e estruturais trazidas ao espaço escolar a partir das novas políticas de preparação e atuação dos referidos professores. Para tal, recrutou-se uma gama considerável de fontes impressas que, por sua vez, valendo-se da compilação, análise e interpretação de dados, estas fontes foram, então, submetidas à análise documental.

Palavras-chave: Políticas públicas. História da Formação de Professores. Educação Física.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, um ensino desqualificado ou, no mínimo, despreparado, atravessava as aulas de Ginástica desenvolvidas nos grupos escolares catarinenses. A não-obrigatoriedade do ensino, além de outras questões, como a falta de espaço físico e preparo profissional, convergiam para que tal disciplina não fosse ministrada em todos os estabelecimentos de ensino. No entanto, esse quadro inicial de abandono e de indiferenciação na formação de professores especializados não ofusca o fato de que a Ginástica, inserida no universo maior dos grupos escolares, concorria para a consolidação de um tipo de escola primária que, legitimadora por excelência dos ideais republicanos, se tornaria referência para as demais.

Pautados e norteados pelos elementos *trabalho, ordem e asseio*, conforme nos aponta Silva (2006), os grupos escolares “serviam como símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção” (SILVA, 2006, p.181). Nóbrega (2003, p.258), por sua vez, pondera que, sob o escudo do regime republicano, desenvolveu-se uma retórica educacional oficial que procurou equacionar o ensino público e suas reformas à

formação ou ao fortalecimento da nacionalidade, cidadania e democracia, remetendo-os ao “moderno”, ao “novo”, “à eficácia administrativa” em oposição ao “velho”, “retrógrado” e “ineficaz” regime imperial. Alerta-nos, ainda, que este novo tipo de escola era típico dos centros urbanos que, sob a égide de uma escola popular, destinou-se, na prática e na maioria dos casos, aos filhos das camadas médias em ascensão e também, em muitos casos, aos filhos das elites¹.

Assim, se a disciplina Educação Física, que era designada pelo nome Ginástica, fazia parte do universo cultural dos referidos espaços escolares, era necessário conferir-lhe uma dimensão pedagógica de valor, capaz de sustentar e legitimar sua presença no arranjo curricular. Se, anteriormente, marcada por um quadro de ausências e esquecimentos nos espaços escolares catarinenses, relegada, portanto, a segundo plano, a “nova” Educação Física deveria emergir com ares de ciência, baseando-se, para tal, nos ditames racionalizadores das principais ciências do momento, como o era, a Fisiologia.

Pensar a formação de professores especializados e, desta forma, socializados às novas maneiras de ensinar a Educação Física, era medida primordial nesse processo de mudanças. Nesse sentido, o presente estudo ocupa-se em narrar as políticas públicas que envolveram a constituição do campo da formação de professores no estado de Santa Catarina, compreendendo-as na atuação de dois de seus importantes pilares: o Curso Provisório de Educação Física e o Curso Normal de Educação Física. Neste cenário, foram privilegiadas as transformações pedagógicas e estruturais trazidas ao espaço escolar a partir das novas políticas de preparação e atuação dos referidos professores.

Para tal, recrutou-se uma gama considerável de fontes impressas que, além de inúmeras leis e decretos, contou com a documentação referente à criação e funcionamento dos referidos cursos de formação; com os Relatórios Anuais apresentados pelo Interventor Federal em Santa Catarina, ao Presidente da República e, também,

com as Mensagens Anuais apresentadas pelos Governadores do Estado de Santa Catarina, à Assembleia Legislativa do Estado, no período em questão. Tais fontes impressas foram compiladas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; no Instituto Histórico e Geográfico de Florianópolis; nos arquivo histórico do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, bem como no arquivo histórico da Secretaria de Educação. Por sua vez, valendo-se das fases de compilação, análise e interpretação de dados, as referidas fontes foram, então, submetidas à análise documental. Nos rastros de Ludke e André (1986, p.56), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Para além das fontes impressas, este estudo contou com a rica contribuição de fontes orais, aqui expressas pelas memórias de um ex-professor normalista, formado pela primeira turma de alunos do Curso Normal de Educação Física, em 1964. Tal fonte foi localizada no acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense, na cidade de Florianópolis e livremente utilizada para fins de pesquisa, conforme conta na declaração do próprio depoente, anexada à transcrição da entrevista. Sendo assim, a referida fonte foi aqui tratada através da perspectiva teórico-metodológica da história oral. Verena Alberti assim classifica tal metodologia:

A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar deste objeto de estudo. Como consequência, o método de história oral produz fontes de consulta (entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 1989, p.1-2).

Deste modo, privilegiando a utilização de fontes de diversas naturezas, bem como tecendo essa movimentação no enfoque que transcorre do macro ao micro, ressaltando o segundo ao primeiro, este estudo assume características teórico-metodológicas que o aloca nas dimensões da História Cultural. Tal vertente, segundo Burke (2005, p.7), é uma nova forma de revisitar a história, que melhor se sistematiza na década de 1970, re-significando tanto quanto revolucionando uma variedade de abordagens conceituais, ao possibilitar a emergência de novos paradigmas.

Diante do exposto, o presente estudo está estruturado numa linha de pensamento que parte do momento da chegada do Curso Provisório de Educação Física à capital do estado catarinense, Florianópolis, e se estende até a atuação do Curso Normal de Educação Física, neste mesmo cenário. Com o intuito, pois, de compreender as políticas públicas que foram criadas no âmbito escolar deste estado, para a formação de professores especializados em Educação Física, este estudo divide-se em quatro momentos distintos e complementares de reflexão: Curso Provisório de Educação Física de Florianópolis: os primórdios de uma política de formação; O campo de atuação: uma visível expansão de oportunidades; A Educação Física e a remodelação dos grupos escolares catarinenses; O Curso Normal de Educação Física e a emergência de uma nova política de formação profissional.

Curso Provisório de Educação Física de Florianópolis: os primórdios de uma política de formação

Sob o governo de Getúlio Vargas, o país atravessava a vigência do regime do Estado Novo, que apresentava como principal preocupação a constituição da nacionalidade brasileira, ou seja, a consolidação de uma determinada “identidade nacional”. Daniel (2006) assinala que, aliado ao projeto nacional, o governo do Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos (1937-1945), dedicou-se sobremaneira ao processo de homogeneização da população catarinense, que apresentava significativa parcela de imigrantes (sobretudo alemães

e italianos), portadora de línguas, hábitos e costumes bastante diversos. “Nesse projeto ambicioso de nacionalização caberia à escola, então, socializar os catarinenses num novo ideário de organização social” (DANIEL, 2006, p.4.984).

A figura do professor assumia, assim, uma posição de destaque no cenário político-educacional que se desenvolvia. Como um dos principais canais de efetivação e implementação das políticas governamentais, a formação dos professores que atuavam junto às escolas primárias, ou seja, junto ao “futuro da nação brasileira”, passou a receber grande importância, sobretudo a partir da década de 1930, marcada por grandes Reformas Educacionais. Nesse sentido, a concentração dos esforços governamentais recaiu sobre as Escolas Normais que, segundo Gaspar da Silva (2006, p. 180), eram consideradas e contempladas nas Reformas como *locus* de formação do professorado, responsável pela escolarização da população. Uma vez que a Ginástica se constituía como elemento formador dessa educação ideal, alojada nos grupos escolares, importava se preocupar, ainda que minimamente, com o ensino específico de suas atividades.

Em 10 de novembro de 1937, o então presidente dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, promulga a quarta Constituição Federal. Embalado pelas ondas da influência higienista que se fazia fortemente presente na política educacional implantada pela Era Vargas, o ensino de Educação Física assume uma posição de destaque nos currículos escolares de todos os níveis e graus de ensino:

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (BRASIL, 1937, artigo 131).

Centrado na busca de corpos modernizados, ou seja, corpos saudáveis, apartados das doenças infecciosas e dos vícios que acometiam o século, o “movimento higienista” - como assim se convencionou chamar - em suas origens brasileiras apoderava-se da

Educação Física, moldando-a como um “[...] elemento de extrema importância para o forjar aquele indivíduo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país” (CASTELLANI FILHO, 1994, p.39). Esse discurso, em linhas gerais, via na Educação Física um “agente de saneamento público” (BETTI, 1991, p.184), que agiria por meio da “desinfecção dos corpos”, na transformação da criança em aluno, visando ao alcance e à manutenção da saúde de um corpo social e produtivo².

A obsessão pela busca deste corpo modernizado se expressa, entre outras razões, pela obrigatoriedade da disciplina nas escolas, assim, surge a necessidade de se ponderar e concretizar a formação específica de seus professores, inaugurando, em alguma medida, uma forma de pensar a Educação Física em níveis acadêmicos. Por sua importância e validade agora legitimadas, já não era concebido a tal disciplina um ensino desqualificado e relegado a um plano secundário no interior do espaço escolar³. A redução de seu valor como instrumento utilitário e subordinado às demais disciplinas curriculares estava em encerramento: uma identidade própria, ainda que de forma tímida, começava a figurar e caracterizar o campo em nível nacional⁴.

Como primeiro fruto desse redimensionamento educacional, Nereu Ramos cria, em 18 de junho de 1938, a Inspetoria de Educação Física do Estado, pelo Decreto-Lei nº. 125, que deveria estar sediada nas dimensões do então Instituto de Educação da capital. A ideia de uma Escola de Educação Física que se concretizasse apta a formar, em terras catarinenses, um corpo de professores especializados segundo os modernos princípios pedagógicos e científicos, estava entre os objetivos maiores a serem alcançados com a criação da Inspetoria. Para inaugurar e organizar todos os passos rumo à profissionalização docente e, num mesmo movimento, solucionar o que se apresentava como o *problema da Educação Física nas escolas catarinenses* invadindo os Institutos de Educação e Grupos Escolares com a segurança e a eficácia de uma Educação Física “racionalmente orientada”⁵, Nereu Ramos, por sugestão do Ministro

Gustavo Capanema e do diretor da Escola de Educação Física do Exército, solicitou ao Interventor Federal no Espírito Santo, Sr. Capitão João Punaro Bley, que fosse posto à disposição do governo catarinense o professor Aloir Queiroz de Araujo (SANTA CATARINA, 1938, p. 28-29), “abalizado conhecedor da matéria que ocupava funções idênticas no Estado do Espírito Santo” (DIÁRIO DA TARDE, 16/09/1938).

Ciente dos limites que se impunham ao momento inicial de consolidação do campo profissional, Nereu Ramos complementa suas políticas educacionais para a Educação Física catarinense, por meio do Decreto-Lei n.125, com a criação do Curso Provisório de Educação Física. Em cumprimento às disposições contidas neste artigo, o Curso Provisório de Educação Física é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º. 508, em 18 de agosto de 1938, sendo justificado pela finalidade maior de especialização do professorado estadual, objetivando a formação de *professores* e *instrutores* de Educação Física e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento, a orientação e a unificação da prática da Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino do estado (DECRETO-LEI N. 508, 18/08/1938). Unificar a prática de Educação Física significava dizer que tanto as aulas ministradas aos professores formados pelo Curso Provisório quanto aquelas que ocorriam nas instituições escolares deveriam adotar as particularidades do “Método Francês” de Educação Física, o mesmo amplamente defendido por Rui Barbosa já em seu parecer nos fins do século XIX, em oposição ao então corrente “Método Alemão”.

Com duração de seis meses, o Curso Provisório de Educação Física deveria ocupar o segundo semestre do ano. O início efetivo de suas atividades letivas ocorreu em 15 de setembro de 1938, inaugurando uma nova fase para o campo da Educação Física catarinense: os trinta alunos diplomados pela primeira turma, além de legitimarem a presença da disciplina nos currículos escolares, abririam as portas do estado à profissionalização docente.

Com total apoio do Governo do Estado em suas necessidades e iniciativas, a chegada do Curso Provisório de Educação Física ao estado catarinense foi recebida com o impacto de uma “alta realização no terreno educacional” (A Notícia, 18/09/1938), fato que o colocava em situação de relativa igualdade aos processos ocorridos nos estados do Espírito Santo e São Paulo. Na esteira dos incentivos governamentais aos êxitos do curso, já em novembro do mesmo ano, o Decreto-Lei nº. 229 autorizava a abertura de crédito especial na quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de reis) para iniciar a construção de um estádio na Praça General Osório, na capital, “[...] destinado ao ensino prático da Escola de Educação Física, a competições ginásticas e esportivas e ao desenvolvimento da cultura física” (BRASIL, 1938). Para além de constituir um espaço apropriado e distinto para os exercícios ginásticos e prática racional dos esportes - conteúdos práticos privilegiados do curso - tal ação justificava-se na medida em que os poderes públicos, num movimento de reforço à obrigatoriedade constitucional do ensino da Educação Física em todas as escolas e níveis de ensino, foram atribuídos da missão de difundir-la em território nacional, assim como “fundar instituições e auxiliar e proteger aquelas fundadas por associações civis” (BRASIL, 1938).

Em 6 de maio de 1939, o Curso Provisório de Educação Física finalizava sua primeira atuação no estado catarinense sob os triunfos de uma vitória na qual dois vencedores - em nada adversários - poderiam ser laureados: se, de um lado o Estado Novo ganhava amplitude ao encontrar na Educação Física um meio propício de divulgação e legitimação de seus ideais, de outro, o campo da Educação Física catarinense constituía, por sua vez e pela primeira vez, um esforço de especificidade da área por meio de um espaço especializado para a formação de seus professores. Nereu Ramos, a fim de formalizar seus contentamentos e satisfações diante de tal projeto, presidiu e parainfou a sessão de colação de grau da primeira turma de formandos que acontecera emblematicamente no edifício da ex-Assembleia Legislativa do Estado, ladeado à mesa por

Ivo d’Aquino e Ivens de Araújo, Secretários do Interior e Justiça e Segurança Pública, respectivamente; Aloir de Queiroz, Inspetor de Educação Física; Altamiro Guimarães, Secretário da Fazenda; Sebastião Rocha, Superintendente Geral do Ensino e Capitão de Corveta Carneiro da Costa, Capitão dos Portos.

Em uma extensa fala imersa em elogios às inúmeras “realizações majestosas” colocadas em marcha pelo então Interventor, Queiroz advoga fervorosamente a serviço da causa da Educação Física, enaltecendo-a em conjunto com as “ciências do saber”, como os alicerces da educação moderna. Anunciada no discurso de Nereu Ramos fica claro, a partir da fala de Queiroz, o quanto, nesse momento inicial, havia uma visão de *Educação Física* muito próxima daquilo que podemos chamar de *Educação do Corpo*. A visão dualista e ocidental do ser humano - corpo e espírito - permeava os limites da disciplina, que parecia, a um só tempo, ser capaz de isolar a dimensão corpórea e, assim, somente por esta, interessar-se e responsabilizar-se. Lançando luzes à especificidade e à necessidade de se reservar à referida disciplina um espaço legitimado nos currículos escolares, encontramos nas palavras de Queiroz um duplo movimento que favorecia, à sua maneira, o engendramento do campo da formação de professores: se a Educação Física emergia como disciplina específica e obrigatória nas grades curriculares, mensageira de uma educação preocupada com a formação integral do aluno, ou seja, de um equilíbrio entre corpo e mente, ao mesmo tempo, afirmava-se enquanto área de atuação restrita às dimensões corporais, interessada, sobremaneira, na busca da saúde e beleza físicas.

O campo de atuação: uma visível expansão de oportunidades

Para que tal missão pudesse ser efetivada à altura de seus anseios e investimentos, o campo educacional catarinense, de uma maneira ampla, e o campo de atuação dos referidos profissionais recém-formados, de uma maneira particular, sofreram alguns reflexos gerados

pelo novo projeto. Se havia a necessidade de se atender às demandas provenientes das escolas, o caráter imprescindível do professor de Educação Física era ratificado no cenário educacional⁶, na medida em que a importância atribuída aos benefícios da Educação Física e do esporte crescia com a necessidade de assistência de técnicos especializados.

Assim, os professores recém-formados pelo Curso Provisório foram imediatamente aproveitados para cargos nos Grupos Escolares e nos Institutos de Educação espalhados por todo o estado: havia urgência e necessidade na (re)orientação da prática que estava em cena. Nesse caminho, já em 29 de maio, ou seja, com a distância de menos de um mês da formatura, Nereu Ramos divulgava a criação do cargo de professor de Educação Física em nove grupos escolares do estado, a saber:

‘José Boiteux’, de João Pessoa, no município de São José; ‘Prof. Paulo Zimmermann’, de Rio do Sul; ‘Eliseu Guilherme’, de Harmônia; ‘Francisco Tolentino’, de São José; ‘Prof^a. Ana Gordin’, de Laguna; ‘Prof. Venceslau Bueno’, de Palhoça; ‘Silveira de Sousa’, de Florianópolis; ‘Prof. José Brasília’, de Biguaçu; ‘Prof. Balduino Cardoso’, de Porto União (BRASIL, 1939).

Cabe-nos aqui resgatar a ideia de Silva (2006), para quem os grupos escolares figuram como verdadeiras “Vitrines da República” e dela enfatizar a participação da Ginástica. Além de constituírem, juntamente com os Institutos de Educação, os primeiros estabelecimentos de ensino no estado a se beneficiarem com a criação de cargos específicos para o professorado de Educação Física, nos grupos escolares tais cargos eram preenchidos somente por professores especializados pelos cursos oficiais oferecidos pela Inspetoria, os quais, segundo as próprias palavras de Queiroz: “levam uma bagagem apreciável de estudos e conhecimentos para desempenharem com eficiência o trabalho” (O ESPORTE, 30/08/1939). Concomitantemente, nas escolas isoladas, um movimento bastante diferenciado daquele que ocorria no interior dos grupos escolares,

caracterizava o ensino da disciplina: a legitimação de um espaço destinado às práticas físicas no arranjo curricular se deu pela introdução do ensino teórico da Educação Física nos dois últimos anos do Curso Normal, assinalando, de um lado, a ausência de professores especializados e, de outro, a não-disponibilidade e/ou o não-incentivo à construção de espaços físicos apropriados. Na esteira desse quadro de distinções, Queiroz defendia que o ensino teórico da disciplina aos futuros professores normalistas seria conveniente a um duplo movimento: conscientizá-los sobre a importância e proveito da Educação Física que iriam ministrar nas escolas isoladas e, assim, servir de importante instrumento de propaganda e difusão da mesma. Entretanto, a formação que chegava aos futuros professores servia ao propósito de propagar e difundir um tipo ideal de Educação Física: aquele mesmo que ocorria nos dispendiosos campos e praças dos grupos escolares. Assim como a Educação Moral e Intelectual de tais espaços catarinenses privilegiados pela “modernidade”, a Educação Física que lá se praticava era exposta “como um produto que não estava à venda: deveria ser reverenciado, admirado, mas estava disponível para poucos” (SILVA, 2006, p.181).

Em 13 de junho, mais cinco Grupos Escolares aguardavam legalmente a chegada de um professor especializado que, seguindo o mesmo processo dos demais, seria designado pelo governo. O primeiro concurso para professores de Educação Física do estado de que temos conhecimento, ocorreu em 31 de julho de 1939, formalizado pela Resolução nº 6.633 de 28 de julho de 1939, na capital catarinense. Visando ao preenchimento da cadeira de Educação Física dos cursos Fundamental e Normal do Instituto de Educação (um professor para a turma masculina e uma professora para a turma feminina), inscreveram-se três candidatos, todos diplomados pelo Curso Provisório Estadual: Fernandino Caldeira de Andrada, Diva Formiga e Edite Soares, dos quais os dois primeiros foram imediatamente aproveitados após obterem melhor desempenho nas provas de seleção (SANTA CATARINA, 1939). É interessante destacarmos

também, que os candidatos selecionados obtiveram, respectivamente, o primeiro e segundo lugar no quadro das médias finais do Curso Provisório (ARAÚJO, 1938).

A Educação Física e a remodelação dos grupos escolares catarinenses

Após a obrigatoriedade legal da disciplina, em 1937, e a posterior criação do Curso Provisório em 1938, os espaços escolares, num movimento duplo de coerência e incentivo, passaram a ser equipados com aparelhagens e instalações direcionadas à prática. Os grupos escolares construídos a partir de 1938 já contavam com tais elementos, uma vez que edificadas sobre terrenos com capacidade para comportá-los. Ao mesmo tempo, entre alguns daqueles que foram construídos anteriormente, por não disporem de área física suficiente, adquiriu o Governo um terreno anexo para tal fim (SANTA CATARINA, 1940, p.35).

Por ser a organização da Educação Física nas escolas catarinenses encarada como um problema muito complexo, dada a sua correlação com a saúde e a higiene, as primeiras medidas tomadas foram mesmo as de fornecer ao estado mão-de-obra especializada através da formação de professores, e a adaptação dos grupos para o ensino da disciplina. Queiroz é enfático ao defender que em ambas as situações o estado catarinense é destaque entre os demais:

Assim é que em vários grupos escolares estão sendo construídos os campos para educação física, obedecendo estes, quando o terreno favorece, a um tipo especial, ainda não existente em outros estados. Todos possuem regular área gramada, cujas dimensões não ultrapassam de 60 por 40 metros, envolvida por uma pista com retas que permitam a realização das provas regulamentares de corrida (O ESPORTE, 30/08/1939).

A remodelação dos galpões e a construção de outros, planejados de forma mais ampla e higiênica, assim como a instalação de um

campo destinado à prática do voleibol, estavam entre os objetivos dessa adaptação. A compra de aparelhos fixos e o fornecimento, aos colégios, de materiais próprios à prática das atividades físicas e os trabalhos de biometria relacionavam-se aos anseios educativos de originalidade e classificação dos alunos, respectivamente. Segundo Araújo, o Grupo Escolar Getúlio Vargas e o “Abrigo de Menores” representavam na capital o que havia de mais moderno, em termos de instalações, para a prática da Educação Física. No mesmo passo, os demais grupos escolares foram sendo, por sua vez, adaptados, como é o caso do Grupo Escolar Victor Meirelles, “em Itajay”, que já em 1939 contava com a construção de sua praça de Educação Física (CAMPO DE EDUCAÇÃO, 1939); do Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau, que recebeu um terreno particular desapropriado pelo governo do estado, para a construção de seu campo de Educação Física (ARAÚJO, 1938) e, também, do Grupo Escolar Ana Gondin, situado no arrabalde do Magalhães, que festejava em setembro de 1939 a construção de seu campo de “Cultura Física” (ARAÚJO, 1938). No âmbito particular, ainda que este não configure o interesse primeiro da formação, Queiroz destaca o Colégio Coração de Jesus que, “satisfazendo com notável eficiência as exigências técnicas e pedagógicas da nova orientação dada ao ensino da Educação Física no país” tem como orientadora da seção a Prof. Olga Carvalho, aluna diplomada pelo Curso Provisório (O ESPORTE, 30/08/1939).

Havia, no entanto, a necessidade de formar mais professores. Além de o número de Grupos Escolares existentes no estado ser significativamente superior ao corpo docente especializado proveniente da primeira turma, já no primeiro semestre de 1939, praticamente todos eles já estavam alocados em algum estabelecimento de ensino. Entretanto, com a criação da Escola Nacional de Educação Física, em abril de 1939, o Curso Provisório precisou adequar-se às exigências do Decreto-Lei nº.1.212, a fim de que pudesse receber reconhecimento federal, suspendendo suas atividades no semestre letivo de 1939. Ainda sob a direção de Queiroz, no segundo semestre

do ano de 1940 recomeçam as atividades do curso, quando quatorze alunos receberam sua diplomação. Após esta segunda turma concluir a formação docente, na data de 10 de junho de 1941 por meio do Decreto Federal nº. 7.366, o presidente Getúlio Vargas concede reconhecimento ao Curso Provisório⁷.

Preparava-se, pois, no exercício de 1941, a formação da terceira turma de alunos do curso. É deste ano, também, a Portaria nº. 113 de 16 de janeiro, baixada pelo então Superintendente Geral Interino do Ensino, Prof. Elpídio Barbosa, através da qual é aprovada a Circular nº. 1 - redigida pela Inspeção de Educação Física - onde estão traçadas, em compasso com as orientações nacionais, as instruções e diretivas para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares durante o período letivo de 1941. Ao mesmo tempo, tal portaria autoriza o Inspetor de Educação Física a remeter diretamente essa circular aos diretores dos estabelecimentos de ensino oficiais ou equiparados (Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941). É também em 1941, que, por meio do Decreto nº 12.989, o Interventor Federal no Estado do Espírito Santo resolve dispensar Queiroz da comissão que vinha exercendo desde 1938 diante da Inspeção de Educação Física do estado catarinense, entendendo que sua missão de aqui organizar o Serviço de Educação Física já tivera seu objetivo alcançado. Assume, pois, a direção do referido órgão o Coronel Américo Silveira d'Ávila.

O Relatório Anual de 1942 assinala que, dos quarenta e quatro diplomados até então nas duas primeiras turmas, trinta e dois estavam exercendo sua especialidade em estabelecimentos de ensino mantidos pelo estado. É, pois, no mesmo ano que começam a ser evidenciados, oficialmente, os resultados da Educação Física introduzida nos estabelecimentos de ensino e ministrada por professores especializados. Com um notável otimismo, o Relatório Anual de 1943, além de nos revelar uma leitura do quadro que se delineava no ensino da Educação Física em Santa Catarina, também nos remete aos resultados e finalidades que dela se esperavam. Entusiasmado e

respaldado pelo momento que era atravessado pelo “harmônico desenvolvimento físico dos escolares” (SANTA CATARINA, 1943, p.66), o Relatório Anual de 1942 afirma ser essa “a demonstração inequívoca do imperativo de se ampliar cada vez mais o quadro dos professores especializados, dotando do mesmo passo os estabelecimentos do aparelhamento necessário à prática dos exercícios” (SANTA CATARINA, 1943).

O documento ainda nos apresenta um elemento novo em relação ao professorado em exercício neste ano de 1942. Para além dos vinte e sete professores diplomados pelo Curso Provisório do Estado, o ensino de Educação Física nos Institutos e Grupos Escolares contou com a presença de cinco monitores da “Fôrça Policial”, diplomados, por sua vez, pelo Curso de Educação Física do Exército, sediado na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o Relatório Anual de 1944, o mesmo quadro ocorrera no ano de 1943, quando, sob a direção do Coronel d’Ávila, o Curso Provisório formou apenas onze professores.

Em 23 de outubro de 1944, Ernani do Amaral, Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, acusa o recebimento de um telegrama enviado por Nereu Ramos no qual lhe é solicitada a cópia da legislação referente ao Curso de Férias de Educação Física, organizado por aquele estado. Ainda que não tenhamos acesso à documentação do novo curso que se instalava em terras catarinenses, a análise do telegrama e de seus anexos pôde nos dar fortes indicativos das intenções do governo catarinense em espelhar a legislação de seu antigo Curso Provisório de Educação Física naquele realizado no Rio de Janeiro. Com a duração de três meses, acontecendo nos três primeiros meses do ano, o novo curso de formação de professores de Educação Física em Santa Catarina responde pelo nome de *Curso de Habilitação de Professores de Educação Física*⁸.

Alcançados os objetivos de capacitação e orientação docente para a prática, uniformizando o ensino de Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino em nível estadual, o Curso de Habilitação de Educação Física, conforme nos apontam as figuras e

a fala anteriores, parece encerrar sua existência no ano de 1948. Nas Mensagens Anuais que seguiram este ano, além de estarem ausentes quaisquer registros de formação de professores na área, o Curso de Habilitação não constava, assim como ocorria com o Curso Provisório, na lista das unidades escolares que estavam em funcionamento no estado. Em idêntico caminho, a Inspeção de Educação Física, na Mensagem Anual de 1950, agora desobrigada da função de organizar e administrar a formação de professores, tem seus encargos concentrados nas ações de orientar e fiscalizar o ensino de Educação Física em todas as escolas do estado de caráter público ou privado de ensino primário, normal, secundário e profissional.

A partir de tal configuração, pareceu o estado não mais se preocupar em registrar a trajetória da formação de professores, mas sim, aquela relacionada aos frutos proporcionados por ela. Em 1951 uma nova onda de otimismo atravessava o *ensino* da Educação Física em terras catarinenses:

[Em 1951] O ensino da Educação Física foi devidamente ministrado nos estabelecimentos escolares, quer estaduais, quer particulares, sob a orientação da Inspeção de Educação Física. Há no Estado, 204 professores de educação física, de várias categorias, distribuídos pelos 151 estabelecimentos com ensino regular, os quais ministraram essa disciplina a 49.279 alunos. Em 1944 havia no Estado 44 educandários aparelhados, dispoindo de 46 professores; e apenas 16.452 alunos praticavam exercício físico metódica e racionalmente orientado (BORNHAUSEN, 1952, p.26).

No ano de 1952, o Departamento de Educação acusava, para a carreira de professor de Educação Física, a provisão de 60 cargos dos quais 34 estavam efetivamente ocupados, enquanto professores de outras categorias totalizavam 114 (BORNHAUSEN, 1953, p.19). Em 1953 o quadro pouco se altera: dos 60 cargos iniciais, há uma pequena redução para 31 no número de efetivamente ocupados, ao passo que permanece inalterado o número de cargos destinados a professores de outras categorias (BORNHAUSEN, 1954, p.28).

Em 1956 uma nova nomenclatura fora utilizada para identificar a ocupação do quadro docente em Educação Física: de um total de 257, 33 *professores efetivos* e 224 *professores não efetivos* orientavam as práticas escolares na área (LACERDA, 1957, p.21). Já em 1961, no governo de Celso Ramos, retornam as evidências apontando que, dentre os 60 cargos existentes para a carreira de professor de Educação Física, apenas 22 estariam efetivamente preenchidos (RAMOS, 1962, p.28).

O ano de 1962 parece evidenciar o esgotamento e os limites dos esforços de formação profissional oferecidos até então. Apesar do crescente movimento de expansão que vinha atravessando o campo da Educação Física catarinense, desde o ano de 1938, em 1962, o número de professores parecia mostrar-se insuficiente para o atendimento de todos os estabelecimentos de ensino que, por sua vez, cresciam a passos largos. Da mesma forma, ainda que sob os ditames da obrigatoriedade legal, a lacuna evidenciada no quadro docente especializado⁹, parecia reforçar, no ano de 1963, a carência de um espaço oficial, nos currículos escolares, destinado às práticas de Educação Física¹⁰. Pelo Decreto N°. 104 de 13 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre os currículos dos estabelecimentos de ensino secundário de primeiro e segundo ciclo, são apresentadas as duas opções curriculares correspondentes, indicadas por estudo feito pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação. O que de fato nos chama atenção é que, dentre as disciplinas estabelecidas e elencadas como obrigatórias nas grades curriculares, não encontramos o lugar destinado à Educação Física. Somente no artigo 4º do mesmo decreto, sem pertencer efetivamente ao arranjo curricular, o documento faz menção ao ensino obrigatório da disciplina, extensivo aos alunos até a idade de 18 anos, nos estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado ou naqueles particulares que optassem pelo Sistema Estadual de Ensino.

O momentourgia por mais mão-de-obra especializada. Com a imensa expansão das escolas e grupos escolares de nível primário no estado catarinense, fazia-se necessário uma medida educacional

de emergência para que fossem supridas as carências apresentadas pelo quadro docente em Educação Física que, há tempos, não mais acompanhava tal crescimento.

O Curso Normal de Educação Física e a emergência de uma nova política de formação profissional

Foi após um longo período de silêncio no campo da formação de professores de Educação Física no estado catarinense, que, no ano de 1963, o Governo do Estado criou, pela Lei Nº. 3.351 de 23 de dezembro, o Curso Normal de Educação Física. No olhar do Prof. Hercides José da Silva, formado pelo curso em sua primeira turma, no ano de 1964, este assim podia ser definido:

[...] ele preparava a gente para trabalhar, o objetivo básico dele era formar, era formar pessoal, formar mão de obra, vamos dizer né, para o magistério de primeiro grau, de primeira à quarta série, magistério de Educação Física de primeiro grau de primeira à quarta série [...] O nome era Curso Normal de Educação Física, ele era um curso especialmente [...] para suprir as necessidades do mercado. (SILVA, 1996).

Anexo à Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina e subordinado, em sua organização e direção, à Inspetoria de Educação Física que, por sua vez, integrava a Secretaria de Educação e Cultura, o Curso Normal destinava-se, portanto, “à formação de professores de Educação Física para os estabelecimentos oficiais e particulares de ensino primário, bem como para as demais instituições de proteção à criança” (LEI Nº. 3.351 de 23/12/1963). Até o ano de 1968 seu funcionamento fora mantido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, quando, então, se filiou à Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC.

Além do movimento de expansão das escolas e grupos escolares de nível primário no estado catarinense e da obrigatoriedade

legal da disciplina nos currículos de todos os níveis de ensino, desde a promulgação da Constituição Federal de 1937, a demora do retorno à cena de um curso de habilitação de professores na área parece explicar a grande demanda de candidatos, provenientes das diversas regiões do estado, atraídos pela nova capacitação profissional. Entre outras razões, tal procura guiava-se pela promessa do direito de inscrição nos concursos para o provimento do cargo de professor de Educação Física, aos egressos diplomados no Curso Normal.

Se a 4ª Mensagem Anual do então Governador Celso Ramos emitida à Assembleia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1963, apresentava o quadro docente em Educação Física na proporção de 49 professores para 97 regentes, a 1ª Mensagem Anual do Governo Ivo Silveira, analisando o ano de 1965, já evidenciava os frutos da formação promovida pelo Curso Normal: estavam ocupados no estado 122 cargos de professores de Educação Física ao passo que a posição de regente de Educação Física integralizava 400 ocupações. Lançados ao mercado de trabalho, os professores normalistas contribuía para que, no ano de 1967, o número de professores continuasse a subir: de 122 cargos do ano anterior, foi apontada a existência atual de 149. No mesmo ano, um decréscimo considerável no número de regentes pôde ser percebido: de 400 cargos em 1965, apenas 111 foram evidenciados em 1966 (SILVEIRA, 1967, p.160). Semelhante movimento pôde ser observado em 1968, quando, permanecendo o número de regentes, os professores atingiam a marca dos 197 atuantes no estado (SILVEIRA, 1968, p.135).

Inscrito na iminência do tenso e conflituoso momento político que atravessaria o Brasil com a instalação da Ditadura Militar, o dia 1º de março de 1964 marca o início das aulas. A partir da instauração do Período Militar no Brasil, houve, sensivelmente um investimento estratégico em um tipo específico de abordagem para a Educação Física: privilegiaram-se, sobremaneira, as práticas esportivas no interior das escolas. De acordo com Ferraz (2000, p.1227), o esporte de alto rendimento foi incorporado pela Educação Física

escolar como conteúdo principal, centrando suas intervenções pedagógicas, na iniciação desportiva e na busca de novos talentos para a Nação.

Em 2 de março de 1964, por meio do Processo nº 98/1964, encaminhado pela Secretaria de Educação e Cultura ao Conselho Estadual de Educação, são apreciados o Programa e o Regimento do Curso Normal de Educação Física. Com uma pequena solicitação de modificação no que tange ao artigo 51 deste último, exigindo que constasse nos diplomas a especificação da titulação de “Professor de Educação Física em Grau Primário”, o Parecer nº 69/1964 do CEE era a expressão da aprovação de tais documentos. Nesse mesmo movimento, os pareceres subsequentes, correspondentes aos anos de 1965 e 1966, além de conterem a aprovação, impuseram outras pequenas alterações regimentais à estrutura organizacional do curso. Com a aprovação do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país, o currículo do Curso Normal chega ao ano de 1970 com novas configurações.

Até o ano de 1971 o Curso Normal não possuía sede própria. De acordo com o Relatório de 1970, o GE-PLANE entregara à Escola, no mês de março, um Ginásio de Educação Física onde algumas aulas práticas e teóricas já tinham sido ministradas no corrente ano. Simultaneamente, o Relatório apontava em situação de “vias de conclusão”, a construção do prédio-sede da Escola, cuja obra fora contratada entre o PLAMEG e a Construtora Kaestner S.A., com recursos fornecidos pelo Plano Nacional de Educação. Entretanto, evidenciava que:

A falta de instalações próprias fez com que a maioria das atividades da Escola continuasse a ser realizada em diversos locais, cedidos em especial favor. Assim, no corrente ano (1970), as aulas práticas de Educação Física Geral Masculina, Atletismo, Voleibol, Basquetebol, Handebol e Futebol funcionaram no Estádio da Polícia Militar; as aulas teóricas e a secretaria no

Ginásio da Escola e na Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG); as aulas práticas de Educação Física Geral Feminina, Atividades Rítmicas, Dança, Música e Canto, no Ginásio Charles Edgar Moritz e no Ginásio da Escola. (Relatório dos trabalhos realizados no ano letivo de 1970 pela Escola de Educação Física, 1970).

É imprescindível a lembrança de que, no âmbito econômico, atravessávamos o episódio político-administrativo muitas vezes chamado de “Milagre Econômico Brasileiro” (1968 – 1973). Após vivenciarmos, nos anos de 1964 a 1967, a política de estabilização monetária imposta pelo Fundo Monetário Nacional - materializada no PAEG (Plano de Ação Integrada do Governo) - o que, no entender de Santos (1995, p.171), configurou-se como a depressão econômica mais séria da história econômica do pós-guerra no Brasil¹¹, chegamos a 1968 com índices que, embora reconhecidamente manipulados pelos interesses governamentais, apontavam a situação econômica brasileira em crescente desenvolvimento e a ditadura militar como autora desse grande feito¹². Se, em outro momento (LYRA, 2009), apresentamos a expansão do ensino superior em Educação Física no Brasil, na década de setenta, como uma das principais respostas do regime às demandas populacionais que, arrebatadas com as oportunidades profissionais geradas pelo momento, apostavam na qualificação profissional como a forma mais segura de garantilas, por hora, concentraremos nossos esforços no entendimento de que os rumos dados ao Curso Normal de Educação Física refletiram a política emergencial que procurou conter e contentar com a formação técnica grande parte dos estudantes que batiam às portas das universidades.

Tal reflexão é baseada no fato de que a formação de professores de Educação Física na capital catarinense chegava ao ano de 1976 pautando-se sobre novos alicerces pedagógico-estruturais. Através do Decreto n°. 419 de 19 de abril de 1976, o Curso Normal com a configuração de um ano deu lugar ao Curso de Educação Física (CEF), que anunciava a habilitação profissional ao Magistério de 1ª a 4ª série, expandido agora para dois anos letivos. Em 1981, pelo

Parecer Nº. 145/1981 do Conselho Estadual de Educação, o referido curso recebeu reconhecimento.

Correspondendo à formação escolar em nível de segundo grau, mais especificamente ao segundo e ao terceiro ano, sua fundamentação legal passou a ser orientada pelos ditames da Lei 5.692/71, criada com a finalidade de fixar as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Segundo Vieira e Freitas (2003, p.131), esta Lei, diferentemente da Reforma Universitária de 1968, que representou um projeto há tempos buscado no país, emerge como a “grande novidade” do regime militar ao sistema educacional. De posse do poder de escolha dos saberes que deveriam ser veiculados pela educação brasileira, visando à uniformidade e ao controle do pensamento a ser construído em nossas crianças e jovens, o artigo 4º dessa Lei, impusera:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

O CEF da capital catarinense, iniciado em 1976, no entanto, não abrangia essa formação comum. Conforme anteriormente citado, suas dimensões educacionais materializadas em 3.158 horas estavam concentradas em dois anos letivos compreendendo apenas a parte destinada à formação profissional. Assim, até 1987, quando o curso estendeu-se para três anos, assumindo a formação completa em nível de segundo grau, o aluno ingresso no CEF deveria já ter finalizado com êxito a formação inicial em qualquer estabelecimento de ensino reconhecido.

Ainda que, legalmente, o CEF assegurasse em sua firma a possibilidade de atuação no magistério primário, contraditoriamente, a insuficiência de carga-horária destinada aos estágios justificava a designação e a restrita atuação profissional implícita na titulação: como “Técnicos em Desportos”, os egressos do CEF não estavam

habilitados a ministrar aulas de Educação Física. Aqueles que se interessassem pela atividade do magistério seriam obrigados a apresentar, em anexo aos seus diplomas, a comprovação de mais horas estagiadas. Aos que não procedessem dessa forma teriam, reconhecidamente, apenas os clubes e escolinhas de treinamento desportivo como cenário de suas práticas profissionais.

Foi então que, em 23 de junho de 1987, a Secretaria de Educação encaminhou para apreciação do Conselho Estadual de Educação o Processo n.º. 1.029/1986, que propunha mudanças na grade curricular do CEF. As justificativas para tais mudanças eram no sentido de alargar as possibilidades de reconhecimento e atuação aos jovens que, a partir do contato com esses saberes, firmavam-se na profissão. Houve um aumento global da carga horária de 3.158 para 3.222 h/a, dentre as quais, 2772 h/a eram destinadas à educação geral e à parte diversificada, ao passo que as 450hs/a restantes reservavam-se ao estágio supervisionado. Desta forma, atendendo aos requisitos antepostos pela Comissão de Ensino de Segundo Grau, o Parecer 282/87 do Conselho Estadual de Educação anunciou a aprovação da nova grade curricular: em sua terceira fase, o curso passou a atender pelo nome de CEF - Magistério de Educação Física de 1ª a 4ª série e Pré-Escolar que, em dezembro de 1989, por meio do Parecer n.º. 535/1989 do CEE, foi reconhecido.

A supressão destes problemas internos ao curso, ao mesmo tempo em que trouxe a seus egressos grandes vantagens profissionais, fez emergir e acentuar antigas rivalidades. Se, em 1989, comemorávamos o reconhecimento do CEF que, em sua terceira fase, lançava no mercado de trabalho professores para atuar nas escolas, desde 1973, portanto, há 16 anos, a referida função já vinha sendo desempenhada pelo Curso Superior de Educação Física, do alto de seu prestígio e autoridade. A velha disputa pelo mercado de trabalho, que mais do que nunca gerava uma “inflação dos diplomas”¹³, pôde ser vivenciada nos pátios e corredores que compunham esse campo de lutas: o Curso de 2º grau e o Curso Superior de Educação Física dividiam as mesmas instalações físicas na sede localizada no

bairro de Coqueiros. Ainda que “hóspede” do espaço um ano antes da chegada do Curso Superior, as pressões e restrições impostas ao funcionamento do 2º grau acirravam-se com o passar dos semestres letivos, uma vez que sua existência não mais encontrava respaldo sob qualquer justificativa. A situação tornou-se, em muitos aspectos, insustentável.

É em meio a este inevitável movimento de compressão que, através da Portaria Nº. 63.960/90 de 17 de dezembro, o então Secretário de Estado da Educação, Prof. Julio Wiggers, resolve designar os professores Irene Cardoso Althof, da própria Secretaria, Bernadete Taranto Piazza, da FESC, Hercides José da Silva, Aroldo Joaquin Camilo e Marino Tessari, da UDESC, Hélio Moritz e Oscar Grando, do Curso de Educação Física do 2º grau da FESC para que, no prazo de trinta dias, constituíssem a Comissão Especial, a qual deveria proceder a estudos institucionais relacionados aos rumos de vinculação e funcionamento que seriam dados ao 2º grau. As circunstâncias tornaram-se ainda menos favoráveis à permanência do curso quando o Diário Oficial Nº. 14.115 publicava o Decreto Nº. 6.414 de 21 de janeiro de 1991, por meio do qual o Governador Cassildo Maldaner fixou a data de 2 de janeiro como marco da implantação e funcionamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, desvinculando sua administração e manutenção da FESC. Ainda no mesmo dia, outro Decreto, de nº 6.415, autorizava a FESC a praticar os atos necessários à transferência do domínio de parte de seus bens móveis e imóveis à nova Fundação que emergia. Dentre eles, estava o imóvel situado à Rua Paschoal Simone, no bairro de Coqueiros, então ocupado pelo Centro de Educação Física e Desportos – CEFID, da UDESC. Ainda subordinado à FESC até o fim do ano de 1991, quando a mesma foi extinta, o Curso de Magistério definitivamente não encontrava mais lugar ao lado do Curso Superior.

É, pois, de 12 de março de 1991 a Resolução Nº. 004 na qual, após todos os acontecimentos citados, o então Superintendente da FESC, no uso de suas atribuições e em acordo com o Relatório da

Comissão Especial, mencionada anteriormente, resolve determinar a desativação gradativa do Curso de Educação Física de 2º grau, do qual, no ano de 1991, seriam mantidas em funcionamento nas instalações do Centro a 2ª e a 3ª séries e, no ano de 1992, apenas a 3ª. Deslocado no mesmo ano para o Instituto Estadual de Educação e tendo sua administração e gerenciamento devolvidos ao Governo do Estado de Santa Catarina, mais precisamente à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desporto, o Curso de 2º grau desenvolveu suas atividades até o ano 2000, quando, formando sua última turma de alunos, rendia-se ao poderio do Nível Superior na exclusividade da função de formar professores de Educação Física no estado¹⁴.

Considerações Finais

Ao revisitarmos a história da formação de professores de Educação Física em Santa Catarina, deparamo-nos com um legado inicial marcado por ausências e esquecimentos. Quando pensamos nos obstáculos de toda ordem que precisaram vencer, à frente de suas turmas, os primeiros professores que aqui ministraram aulas de Educação Física, podemos ter um indicativo da falta de espaço e incentivo que era dado à disciplina nos currículos dos cursos de formação docente nas duas primeiras décadas do século XX. Não há registros de cursos específicos, tampouco de um espaço reconhecido e efetivamente realizado nas grades curriculares dos grupos escolares. Um ensino desqualificado ou, no mínimo, despreparado atravessava as aulas de Ginástica ministradas nos grupos escolares catarinenses. A não-obrigação do ensino, além de questões como a falta de espaço físico e preparo profissional convergiam para que a disciplina não fosse oferecida em todos os estabelecimentos de ensino.

No entanto, o quadro inicial de abandono e de indiferenciação na formação de professores especializados não ofusca o fato de que a Ginástica, inserida no universo maior das disciplinas curriculares dos grupos escolares, concorria para a consolidação de um tipo de

escola primária pública que, legitimadora por excelência dos ideais republicanos de fortalecimento da nacionalidade, cidadania e democracia, remetendo-os ao “moderno”, ao “novo”, “à eficácia administrativa” em oposição ao “velho”, “retrógrado” e “ineficaz” regime imperial, se tornaria referência para as demais. Atravessando o país a vigência do regime do Estado Novo que apresentava como principal preocupação a constituição da nacionalidade brasileira, a consolidação de uma determinada “identidade nacional”, à escola caberia dedicar-se ao processo de homogeneização da população catarinense, então constituída por uma parcela significativa de imigrantes. Nesse sentido, uma vez que a Ginástica se constituía em elemento formador da considerada “educação ideal” alojada nos grupos escolares, importava se preocupar, ainda que minimamente, com o ensino específico de suas atividades.

Como primeiro fruto do redimensionamento educacional, Nereu Ramos cria em 18 de junho de 1938, a Inspeção de Educação Física do Estado, pelo Decreto-Lei nº. 125, que deveria estar sediada nas dimensões do então Instituto de Educação da capital e, por sua vez, se responsabilizar pela criação de uma Escola de Educação Física em Santa Catarina. As fontes históricas utilizadas nos conduzem a concluir que o Curso Provisório tenha funcionado até meados do ano de 1945, formando aproximadamente noventa professores quando, em dezembro deste mesmo ano, o Decreto-lei nº 40 o transforma em Curso de Habilitação para Professores de Educação Física, seguindo os moldes do Curso de Férias para habilitar professores de Educação Física, que então estava em vigor na cidade do Rio de Janeiro. Por sua vez, o Curso de Habilitação parece ter figurado no campo com uma existência curta, extinguindo-se, ao que nos indicam as fontes, em meados do ano de 1948, depois de alcançados os objetivos de capacitação e orientação docente para a prática e uniformização do ensino de Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino em nível estadual.

Ainda que sob os ditames da obrigatoriedade legal, a lacuna evidenciada no quadro docente especializado, parecia reforçar, no

ano de 1963, a carência de um espaço oficial nos currículos escolares destinado às práticas da Educação Física. É fato que o momentourgia por mais mão-de-obra especializada. Com a imensa expansão das escolas e grupos escolares de nível primário no estado catarinense, tornava-se necessária uma medida educacional de emergência para que fossem supridas as carências apresentadas pelo quadro docente em Educação Física que, há tempos, não mais acompanhava tal crescimento.

Foi então que, após um longo período de silêncio no campo da formação de professores de Educação Física em Santa Catarina, no ano de 1963, o Governo do Estado criou, pela Lei nº. 3.351, de 23 de dezembro, o Curso Normal de Educação Física, que passou a funcionar, efetivamente, no ano de 1964. Sofrendo mudanças consideráveis em sua estruturação, o referido curso persiste no cenário da formação de professores de Educação Física no estado catarinense, até o ano de 2000. É interessante ressaltarmos a considerável predominância de candidatas mulheres nos Concursos de Habilitação ao Curso Normal. Os números encontrados nos indicam que o termo “normalista” parecia ainda estar fortemente atrelado às professoras mulheres. Nesse sentido, importa destacar que o curso deste movimento já vinha sendo anunciado pelos números trazidos pela formação provisória.

Notas

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de Pesquisa Educação, História e Políticas. Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Linha de Pesquisa Representações Sociais do Movimento Humano.

¹ De acordo com Silva (2006), a criação dos grupos escolares integra o projeto republicano catarinense de “reinvenção das cidades”, as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que encarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade [...] Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam um conjunto alargado da população [...] Cabe lembrar que, nos primeiros anos do século passado, a população vizinha dos grupos escolares era formada, em boa parte, pelos estratos médios e pela elite local. Lembremo-nos de que o reordenamento urbano do qual os grupos escolares faziam parte era composto também de projetos de assepsia das partes centrais das cidades. Neste processo, os pobres e os marginais eram cuidadosamente removidos para não perturbar a paisagem urbana (SILVA, 2006, p.181).

² Uma reflexão acerca deste movimento pode ser encontrada nas palavras de Carmem Soares: “A Ginástica do século XIX - posteriormente chamada Educação Física - afirma um discurso e prática que a revelam como um modelo a ser difundido, como um conjunto de preceitos e normas do “bem-viver” (SOARES, 2000, p.115).

³ Ao analisar a grade curricular das Escolas Primárias de Belo Horizonte em 1906, Vago (2002) nos auxilia na compreensão do que chamamos de caráter utilitário da Educação Física Escolar: “Eles (os exercícios físicos) foram cuidadosamente posicionados entre as demais disciplinas, porque considerados como recurso de higiene. A idéia de intercalar os ‘Exercícios Físicos’ e o Canto às demais disciplinas expõe uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso (relaxamento) dos trabalhos considerados intelectuais, realizados em outras cadeiras na sala de aula” (VAGO, 2002, p.235).

⁴ “As aulas de Educação Física abrangerão o período de 30 a 35 minutos entre o preparo, a saída e o retorno à sala, e serão ministradas 3 vezes por semana a cada turma” (Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941, p. VI).

⁵ Ao termo “Educação Física racionalmente orientada” está subentendida a agregação de valores científicos e modernizados. Em contraposição à declarada falta de rigor, controle e preparação dos professores que ministravam as aulas de Educação Física em Santa Catarina, anteriormente à chegada do Curso Provisório; a “nova” Educação Física respaldada, sobretudo, pelos ditames científicos da Fisiologia, deveria ocupar a totalidade dos espaços escolares dedicados às atividades físicas.

⁶ O Decreto-Lei nº 428 de 23 de fevereiro de 1940 nos fornece um bom exemplo dessa conquista de espaço pela figura do Professor de Educação Física. No decreto em questão, Nereu Ramos concede ao professor normalista que for diplomado em curso de Educação Física reconhecido, a possibilidade de, assim como os demais professores normalistas, ser nomeado diretor de Grupo Escolar.

⁷ O Presidente da República resolve, nos termos do artigo n. 23 do Decreto-lei n. 421, conceder reconhecimento ao Curso Provisório de Educação Física, com sede em Florianópolis, Santa Catarina. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1941, 120º da Independência e 53º da República (DECRETO-LEI N. 7.366, 10/06/1941).

⁸ O Decreto- lei n.40 de 03/12/1945 transforma o Curso Provisório em Curso de Habilitação para Professores de Educação Física.

⁹ É interessante destacarmos que, dentre os concursos para ingresso de professores primários no ano de 1963, nenhuma vaga foi destinada ao preenchimento da cadeira de Educação Física no estado. Já em 1964, três vagas foram abertas: uma para a Zona dos Campos de Lages, uma para o Litoral de São Francisco e uma para o litoral de Florianópolis (RAMOS,C., 1964, p.331).

¹⁰ Através da análise do Parecer nº. 100/65 do Conselho Estadual de Educação que tem como objeto a solicitação de autorização para funcionamento do Colégio Normal Mestre Elpídio Barbosa, na cidade de Itajaí, temos um indicativo de que o quadro de defasagem no professorado de Educação Física atingia todos os níveis de ensino: “O artigo 30 do Regimento Interno (do referido colégio) informa não serem ministradas aulas de Educação Física no Colégio Normal Mestre Elpídio Barbosa por este ser um curso noturno. Lembramos, porém, que, estando a preparar educadoras de alunos do curso primário as quais muitas vezes terão que responder pela Educação Física da turma que regem, deverá a Escola provê-las de todos os conhecimentos necessários sem descuidar a Educação Física que, se menos, deverá ser dada em aulas teóricas” (Parecer Nº. 100/65 do CEE, de 1º de junho de 1965).

¹¹ Francelino (2004, p.98) nos alerta sobre o quanto é importante mencionarmos que boa parte das reformas impostas pelo Plano de Ação Integrada do Governo só foram possíveis de serem implementadas porque o país passava por um regime ditatorial, dada a quantidade de medidas impopulares que foram impostas na sociedade.

¹² Segundo Thomas Skidmore (1988), “O crescimento econômico apresentava a mais alta taxa sustentada desde os anos 50. O PIB subiu à média anual de 10,9 por cento de 1968 a 1974. O setor líder foi a indústria, com 12,6 por cento ao ano. A performance mais

modesta foi a da agricultura, com a média de 5,2 por cento. A inflação ficou na média de 17 por cento - embora o número oficial de 15,7 por cento para 1973, como se admitiu depois tenha sido uma atenuação da verdade” (SKIDMORE, 1988, p.276).

¹³ O termo “inflação de diplomas”, que em nosso entendimento, caracteriza o momento vivenciado pela formação de professores de Educação Física na capital catarinense foi desenvolvido por Bourdieu ao longo de sua obra. De acordo com o autor, “[...] um diploma tem todas as chances de ter sofrido uma desvalorização todas as vezes que o crescimento do número de portadores de títulos escolares é mais rápido do que o crescimento do número de posições às quais esses diplomas conduziam no início do período”. O autor pondera que esse fenômeno se aplica ao caso da “posição de professor que, em todos os níveis, perdeu sua raridade” (BOURDIEU, 2005, p.149-150). Nesse sentido, em “A Distinção” (2007, p. 124), o autor nos aponta que estremecidas com o aumento da disputa por qualificação, as frações de classe cuja reprodução já se demonstrava garantida, veem-se obrigadas a investirem seus esforços justamente nessa relativa manutenção e singularidade de seus títulos e, conseqüentemente, de suas posições na estrutura social.

¹⁴ É interessante destacarmos que a compressão sofrida pelo Curso de 2º Grau advinha de forças localizadas para além do Curso Superior da UDESC. Nesse momento, o estado catarinense contava com mais dez outros Cursos Superiores de Educação Física em funcionamento: “na Universidade Regional de Joinville (desde 1970); na Universidade do Extremo Sul Catarinense (desde 1974); na Universidade Federal de Santa Catarina (desde 1975); na Universidade Regional de Blumenau (desde 1975); na Universidade do Contestado, Campus de Concórdia (desde 1989); na Universidade do Contestado, Campus de Mafra (desde 1995); na Universidade do Planalto Catarinense (desde 1998); na Universidade do Oeste de Santa Catarina, nos Campus de São Miguel D’Oeste, Videira, Xanxerê, Joaçaba e Chapecó (desde 1999). A partir do ano de 2001, com a criação da Universidade Comunitária de Chapecó, este último passou a integrar as suas dimensões” (CENTRO ESPORTIVO VIRTUAL, 2008).

Referências

ALBERTI, V. **História oral e a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ARAÚJO, Almir Queiroz de. Alta realização no terreno educacional – o início do Curso provisório de Educação Física - fala à ‘A Notícia’ o Professor Almir Queiroz de Araújo. **A NOTÍCIA**, Joinville, set. 1938.

BETTI, M. Educação física e sociedade: a educação física na escola brasileira de 1 e 2 graus. São Paulo: **Movimento**, 1991. vol. 1.

BORNHAUSEN, I. **Mensagens anuais apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Irineu Bornhausen**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1952; 1953; 1954.

BOUDIEU, P. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Constituição Federal (1937).

_____. Decreto-Lei n.125 de 18/06/1938. Dispõe sobre a criação da Inspeção de Educação Física em Santa Catarina.

_____. Decreto-Lei n. 508 de 18 de agosto de 1938. Dispõe sobre a regulamentação do Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

_____. Decreto-Lei n. 229 de 18 de novembro 1938. Dispõe sobre a abertura de crédito especial de duzentos contos de réis para a construção de um estádio na Praça General Osório, na capital catarinense.

_____. Decreto-Lei n. 810 de 29 de maio 1939. Dispõe sobre a criação do cargo de professor de Educação Física em nove grupos escolares espalhados pelo Estado catarinense.

_____. Decreto-Lei n. 1.212 de 12 de abril 1939. Dispõe sobre a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

_____. Resolução n. 6.633 de 28 de julho de 1939 CFE. Dispõe sobre a formalização do primeiro concurso para professores de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

_____. Decreto-Lei n. 40 de 03 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a transformação do Curso Provisório de Educação Física em Curso de Habilitação para Professores de Educação Física.

_____. Decreto-Lei n. 7.366 de 10 de junho de 1941. Dispõe sobre o reconhecimento do Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

_____. Portaria n. 113 de 16 de janeiro de 1941. Determina as instruções e diretivas para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares durante o período letivo de 1941.

_____. Decreto n. 104 de 13 de fevereiro de 1963. Dispõe sobre os currículos dos estabelecimentos de ensino secundário de primeiro e segundo ciclo.

_____. Lei n. 3.351 de 23 de dezembro de 1963. Dispõe sobre a criação do Curso Normal de Educação Física no Estado de Santa Catarina.

_____. Decreto n. 869 de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país.

_____. Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Dispõe sobre a fixação de diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____. Decreto n. 419 de 19 de abril de 1976. Dispõe sobre a expansão da duração do Curso Normal de Educação Física de um para dois anos letivos.

_____. Decreto n. 6.414 de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a fixação da data de marco da implantação e funcionamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

_____. Decreto n. 6.415 de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a autorização concedida à FESC a praticar os atos necessários à transferência

do domínio de parte de seus bens móveis e imóveis à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
CAMPO DE EDUCAÇÃO Physica no G.E. Victor Meirelles. **JORNAL DO POVO**, Itajahy, 1939.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: Papirus, 1994.

CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE. Disponível em: <http://www.cev.org.br/br/escolas/>. Acesso em: 17 abr. 2008.

DANIEL, L. S. O Colégio Coração de Jesus e o Instituto de Educação de Florianópolis: Projetos de formação para as normalistas catarinenses nas primeiras décadas do século XX. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 6, 2006, Uberlândia. **Programação e Resumos.** Uberlândia : UFU, 2006.

ECOS da visita feita à Inspetoria de Educação Física do Estado por representantes do 'O Esporte'. **O ESPORTE**, Florianópolis, ago. 1939.
FERRAZ, M. V. M. Práticas pedagógicas e sentido utilitário de Educação Física. In: IV ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. 4, 2000, Niterói. **Anais...** Niterói: jun. 2000.

FRANCELINO, J.A. **Os determinantes do endividamento externo brasileiro (1964-1979): tentativa de categorização das principais interpretações e análise empírica.** 2004. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2004.

INSPECTORIA de Educação Física: alguns dados sobre esse eficiente departamento. **DIÁRIO DA TARDE**, 16 set. 1938.

LACERDA, J. **Mensagem anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1957, pelo Governador Jorge Lacerda.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1957.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. In: LOURO, G.L. **Currículo, Gênero e Sexualidade.** Portugal: Porto Editora, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LYRA, V.B. **Escola Superior de Educação Física de Florianópolis e o campo da formação de professores no estado catarinense:** uma história, um olhar, uma identidade. 2009. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NOBREGA, P. Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto. (Org.). **Mosaico de escolas.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

RAMOS, C. **Mensagens anuais apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Celso Ramos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1962; 1963; 1964.

SANTA CATARINA. INTERVENTOR, 1937 - 1945 (Nereu Ramos). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938; 1940; 1941; 1942; 1943; 1944.

SANTA CATARINA. FLORIANÓPOLIS. Relatório do Concurso para Provimento da Cadeira de Professor da 4ª Secção do 2º Grupo, 11/08/1939.

SANTA CATARINA. Instruções para o ensino de Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941.

SANTA CATARINA. Parecer N. 69/1964 CEE. Dispõe sobre a aprovação do Programa e Regimento do Curso Normal de Educação Física.

SANTA CATARINA. Parecer N. 145/1981 CEE. Dispõe sobre o reconhecimento do Curso de Educação Física da FESC, com a duração de dois anos.

SANTA CATARINA. Parecer N. 282/1987 CEE. Dispõe sobre a aprovação da grade curricular do Curso de Educação Física da FESC.

SANTA CATARINA. Parecer N. 535/1989 CEE. Dispõe sobre o reconhecimento do Curso de Educação Física da FESC, com a duração de três anos.

SANTA CATARINA. Portaria N. 63.960/1990 SEC. Dispõe sobre a designação de Comissão Especial para desativação gradativa do Curso de Educação Física de 2º grau.

SANTA CATARINA. Processo N. 98/1964 SEC. Dispõe sobre o encaminhamento do Programa e Regimento do Curso Normal de Educação Física à apreciação do CEE.

SANTA CATARINA. Processo N. 1.029/1986 SEC. Dispõe sobre o encaminhamento da proposição de mudanças na grade curricular do Curso de Educação Física da FESC à apreciação do CEE.

SANTA CATARINA. UDESC. Relatório das atividades desenvolvidas pela reitoria da UDESC, no ano letivo de 1970.

SANTA CATARINA. Resolução 004/1991 FESC. Dispõe sobre a aprovação da desativação gradativa do Curso de Educação Física de 2º grau.

SANTOS, T. **História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, A. R. **Mensagens anuais apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1948; 1950.

SILVA, H. J.. **Florianópolis**: Arquivo de História Oral do Museu da Escola Catarinense, Florianópolis, 30 set. 1996. Entrevista concedida à pesquisadora Alessandra Zocoli Borges.

SILVA, V.L. G. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais...**: EDUFU: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, 2006.

SILVEIRA, I. **Mensagens anuais apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governador Ivo Silveira**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1966; 1967; 1968.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1897-1920). Bragança Paulista: EDUSE, 2002.

VIEIRA, S. L.; FREITAS, I. M. S. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003.

Abstract

In the remote years of 1938, an incipient movement of professionalization was inaugurated in the city of Florianópolis, by means of the creation of the Provisory Course of Physical Education. Thus, taking care of to the demands of the moment that complained for specialized man power discipline to give it, then become obligator in all the primary, secondary and normal schools, the formation of professors in Physical Education contribuía with the inclusion of Santa Catarina in the modernization process and hygienic cleaning that crossed the country, remodelling the physical installations destined to the practical e, in a ampler direction, reverse speed-meaning the pertaining to school space in its totality. In running of the time, the Normal course of Physical Education, implanted in 1964, for the State Secretariat of Education, appears in catarinense scene justified by the lacks in the teaching of primary education, supporting its validity and legitimacy for, approximately, forty years. In this direction, the present study one occupies in telling the public politics that had involved the constitution of the field of the formation of professors in the state of Santa Catarina, understanding them in the performance of two of its important pillars: the Provisory Course of Physical Education and the Normal Course of Physical Education. In this scene, the pedagogical and structural transformations will be privileged brought to the pertaining to school space from the new politics of preparation and performance of the related professors. For such, a considerable gamma of sources was enlisted printed that, in turn, using itself the compilation, analysis and interpretation of data; then it was submitted to the documentary analysis.

keywords: Public politics. History of the Formation of Professors. Physical Education.

